



A concepção de educação de Émile Durkheim e suas interfaces com o ensino

Audrey Pietrobelli de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: audrey@uepg.br

Névio de Campos

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Contato: ndoutorado@uepg.br

Resumo: Este artigo apresenta um breve ensaio reflexivo sobre a concepção de educação presente na teoria de Émile Durkheim e suas implicações para o ensino. Sua elaboração foi inspirada nos estudos e debates realizados na disciplina Teoria e Educação, ofertada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, cujas discussões abordaram a obra Educação e Sociologia de Émile Durkheim, além de trabalhos de pesquisadores que se dedicam ao estudo da teoria durkheimiana. Caracterizado como um estudo teórico, o artigo procura sintetizar os princípios, conceitos e ideias basilares do pensamento de Émile Durkheim com o intuito de melhor entender e explicitar a sua concepção educacional. A tese que orienta o desenvolvimento do presente artigo é a de que, a despeito do valor atribuído por Durkheim ao processo educativo, a concepção de educação que vigora em sua obra é de natureza consensual e funcionalista, através da qual a educação é reconhecida como instrumento destinado à instalação e manutenção da ordem social.

Palavras-chave: Émile Durkheim, Concepção funcionalista de educação, Teoria durkheimiana.

Émile Durkheim's conception of education and its interfaces with teaching

Abstract: This paper presents a brief reflection on the conception of education found in Émile Durkheim's theory and its implications to teaching. It was build up inspired by the studies and debates carried out in the subject Theory and Education, taught in the Education Post-Graduation Program at the State University of Ponta Grossa – UEPG. The discussions developed approached the text of 'Education and Sociology' by Émile Durkheim, as well as works of researchers who dedicated to the study of Durkheim's theory. Characterized as a theoretical study, the paper seeks to synthesize the principles, concepts and ideas that underlie Émilie Durkeim's thought aiming at better understanding and explaining his views on education. The thesis guiding the development of this paper is that, despite the value attributed by Durkheim to the education process, the conception of education that is sustained in his work is of a consensual and functionalist nature, through which education is seen as a tool used to install and keep the social order.

Keywords: Émile Durkheim, Functionalist conception of education, Durkheim's theory.

Como citar este artigo:

SOUZA, A. P.; CAMPOS, N. A concepção de educação de Émile Durkheim e suas interfaces com o ensino. *Luminária*. V. 18, n. 02, p. 12-20, 2016.

INTRODUÇÃO

Pensar a educação como atividade tipicamente humana envolve considerar as diferentes concepções que, ao longo do tempo, foram elaboradas acerca da sua natureza, importância e função na vida do homem e da sociedade. A partir do enfoque sob o qual é

analisada, a educação pode assumir características e princípios explicativos bastante distintos e, por consequência, comportar diferentes interpretações e expectativas acerca do trabalho educativo por ela efetivado. Diversas e diferentes matrizes teóricas trazem, no seu bojo, uma concepção de homem, de sociedade e de

A concepção de educação de Émile Durkheim ...

educação, dentre as quais encontra-se a teoria sociológica de Émile Durkheim, estudioso que muito contribuiu para a consolidação da Sociologia como campo do conhecimento científico, tendo o fato social como objeto de estudo.

Segundo Durkheim, é papel da Sociologia, ciência responsável pelo estudo das instituições sociais, empreender esforços para explicar a vida em sociedade e, para tanto, faz-se necessário empregar regras e métodos científicos de estudo, pautados na racionalidade, a fim de entender, explicar, prever e controlar fenômenos sociais. O estudo dos fatos sociais exige, sob essa ótica, neutralidade, distanciamento e imparcialidade por parte do investigador social. Com base nesse entendimento, a teoria durkheimiana preconiza que os fatos sociais sejam estudados como *coisas* que, por serem exteriores, devem ser observadas, medidas, descritas e analisadas sem a interferência de qualquer tipo de sentimento ou valoração pessoal (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2003). Em decorrência, parte-se do entendimento que os acontecimentos e fatos sociais devem ser analisados e descritos com objetividade e isenção de prenoções e/ou julgamentos subjetivos.

Gusmão (1972) evidencia a preocupação de Émile Durkheim com o rigor científico que deve ser assumido pela Sociologia:

Mas sabia Durkheim que, para a Sociologia tornar-se ciência empírica, não lhe bastaria dar um método científico, pois era necessário considerar o 'social' de forma objetiva. Daí insistir sobre a necessidade de se considerar o 'fato social' como 'coisa', afastado de qualquer teleologismo: *considerer les faits sociaux comme des choses*, eis o postulado fundamental da sociologia como ciência empírica segundo Durkheim. (GUSMÃO, 1972, p. 70).

Quanto ao estudo sistematizado de fatos sociais, há um alerta feito por Durkheim sobre a questão de que nem todo fato que acontece na vida do homem pode ser caracterizado como, necessariamente, um fato social. Para ele, três características fundamentais distinguem um fato social dos demais: a exterioridade, a coercitividade e a generalidade, ou seja, os fatos sociais são exteriores ao indiví-

duo, exercem uma força impositiva sobre os mesmos e, ainda, se fazem presente, de forma generalizada, em todos ou na maioria dos indivíduos. Desse modo, é possível considerar que os estudos sociológicos devem ter como ponto de partida a sociedade, e não o indivíduo, uma vez que "o indivíduo nasce da sociedade, e não a sociedade nasce do indivíduo" (LUCENA, 2010, p. 297). Percebe-se, sob essa perspectiva, o primado da sociedade sobre o indivíduo, do coletivo sobre o individual, do objetivo sobre o subjetivo, da consciência coletiva sobre a consciência individual.

O modo peculiar como Durkheim concebeu a sociedade direcionou, inevitavelmente, a sua atenção para as questões educacionais, considerando que a escola era por ele reconhecida como instituição social responsável pelo processo educativo dos indivíduos, habilitando-os para a vida em sociedade.

Como a vida escolar não é senão o germe da vida social - os principais processos pelos quais uma funciona devem ser encontrados na outra. Pode-se, pois, esperar que a Sociologia, ciência das instituições sociais, nos auxilie a compreender melhor o que são as instituições pedagógicas e a conjecturar o que devam ser elas, para melhor resultado do próprio trabalho. (DURKHEIM, 1952, p. 72).

Émile Durkheim buscou entender e explicar os mecanismos que orientam o funcionamento da sociedade, com o propósito de identificar as exigências e os imperativos necessários para a manutenção da sua ordem e equilíbrio. Para ele, a harmonia de uma sociedade seria decorrência direta do reconhecimento e acato, por parte de seus integrantes, do conjunto de normas, opiniões coletivas, hábitos, leis, linguagens, dentre outros elementos que constituem a cultura de um determinado grupo social. O bom funcionamento da vida em sociedade estaria condicionado à sincronia e à interdependência estabelecida entre indivíduos e sociedade, de forma que o refinamento de um implicaria na melhoria do outro.

Tal concepção já anuncia o papel atribuído por Durkheim à educação, considerada pelo autor como agente de promoção e manutenção da ordem, do progresso e da harmonia

A concepção de educação de Émile Durkheim ...

social. Para ele, a educação se configurava como instrumento de vital importância para o processo de adaptação dos indivíduos à sociedade e teria a função primordial de garantir a internalização de normas, regras, símbolos, pensamentos e padrões de comportamento que garantissem a harmonia da convivência social. Por intermédio da educação, haveria a garantia da transmissão de normas e valores sociais de uma geração para outra. O modo peculiar como a relação indivíduo-sociedade é abordada na obra durkheimiana colabora para que a concepção educacional que vigora no seu interior seja configurada como de natureza consensual e funcionalista.

Nessa perspectiva, o processo educativo é marcado por uma diretriz cuja gênese está fora do indivíduo, circunscrevendo-se como resultado de um mecanismo exterior à subjetividade humana, centrado na transmissão cultural e na perpetuação de um conjunto de saberes considerados como válidos e necessários para a prosperidade social. Não obstante, ficam obscurecidas as questões alusivas à forma particular através da qual cada indivíduo imprime sentido e significado para os fatos que integram a sua realidade concreta.

A concepção de educação de Émile Durkheim e suas implicações para o ensino

A concepção de educação presente na obra de Émile Durkheim configura o fenômeno educativo como poderoso instrumento no processo de transmissão e perpetuação do passado da humanidade, bem como, o caracteriza como elemento de ordem e coesão social. O ato de educar, nessa perspectiva, constitui-se no caminho que conduz à socialização dos indivíduos, viabilizando a incorporação das formas idealizadas de conduta social e, conseqüentemente, promovendo o ajustamento do indivíduo às demandas da vida em sociedade. Educar uma criança seria, sobretudo, prepará-la para participar de uma determinada comunidade. Segundo Durkheim (1952, p. 66) “o homem que a educação deve realizar, em cada um de nós, não é o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja; e ela o quer conforme o reclame a sua economia interna”. Analisada sob esse

viés, a educação acaba por circunscrever-se como disseminadora dos padrões culturais impostos pela sociedade junto a seus integrantes e, em decorrência, acaba por manter-se refratária frente às demandas e necessidades específicas da formação dos educandos.

Ao analisar o pensamento durkheimiano sobre a educação, é possível constatar a atenção especial atribuída ao processo educativo realizado junto às crianças pequenas, as quais, em decorrência da incorporação de valores e princípios de conduta moral, apresentariam-se como adultos aptos e integrados à sociedade.

Quintaneiro; Barbosa e Oliveira (2003, p. 63), referindo-se ao pensamento durkheimiano acerca do papel exercido pela educação na formação das crianças, registra que:

Com o tempo, as crianças vão adquirindo os hábitos que lhes são ensinados e deixando de sentir-lhes a coação, aprendem comportamentos e modos de sentir dos membros dos grupos dos quais participa. Por isso a educação “cria no homem um ser novo”, insere-o em uma sociedade, leva-o a compartilhar com outros de uma certa escala de valores, sentimentos, comportamentos. Mais do que isso, nasce daí um ser superior àquela puramente natural. E se as maneiras de agir e sentir próprias de uma sociedade precisam ser transmitidas por meio da aprendizagem é porque são externas ao indivíduo.

O modo como a educação é concebida na teoria durkheimiana permite depreender que o cerne principal das práticas de ensino estaria focado na adequação do aluno às exigências e demandas da vida em sociedade e, sobretudo, na prevenção de comportamentos e atitudes consideradas inadequadas ao convívio social. Caberia à escola promover o desenvolvimento de potencialidades intelectuais, físicas e morais dos alunos, com vistas à formação da cidadania. As necessidades específicas e as peculiaridades próprias da subjetividade de cada aprendiz não ocupam espaço na concepção de educação durkheimiana. A ótica a partir da qual Durkheim enxergava o processo educativo não preconizava a preocupação com a formação de um sujeito crítico, capaz de interpretar a própria realidade e oport-

A concepção de educação de Émile Durkheim ...

se a ela quando necessário. Em contrapartida, sobrepuja a lógica da obediência e acato à preceitos estabelecidos como válidos e indispensáveis para a formação do sujeito idealizado pela sociedade.

Vale ressaltar que toda concepção de educação e seus desdobramentos pedagógicos estão atrelados, em grande medida, ao contexto social, cultural político, econômico, histórico e educacional vigente na época em que se iniciou o seu delineamento. Desse modo, pensar sobre a concepção de educação presente na obra de Durkheim exige, necessariamente, a consideração do panorama social e econômico vigente na época em que esse estudioso escreveu sua teoria, caso contrário, pode-se incorrer no risco de proceder uma análise reducionista dessa teoria. Nascido em Epinal, uma cidade que fica na região noroeste da França, no ano de 1858, Émile Durkheim integrou uma família de rabinos. Iniciou seus estudos filosóficos na Escola Normal Superior de Paris e, anos depois, passou a lecionar em Bordéus, a primeira cátedra de sociologia criada na França. No ano de 1902 transferiu-se para Sorbonne e reuniu vários estudiosos, inclusive seu sobrinho Marcel Mauss, para constituir um grupo que originou a Escola Sociológica Francesa. Dentre as principais obras escritas por Durkheim estão: *Da divisão do trabalho social* (1893); *As regras do método sociológico* (1895); *O suicídio* (1897); *Formas elementares da vida religiosa* (1912); *Educação e sociologia* (1922). Faleceu em Paris, em 1917, aos 59 anos de idade, deixando um valioso legado teórico não somente para a área educacional e das ciências sociais, como também, para outras áreas do conhecimento (COSTA, 1997).

Durkheim viveu em uma conjuntura social, econômica e cultural marcada por profundas mudanças no panorama vigente da sua época, decorrentes das alterações significativas que já vinham ocorrendo na Europa desde meados do século XV, as quais, irrevogavelmente, colaboravam para a instituição de uma nova organização social. A mudança mais contundente que marcou esse período foi a cisão entre as características de uma sociedade medieval agrária e fundiária e o novo modelo moderno que se delineava, caracterizado pelas relações comerciais tipicamente capitalistas,

pelo urbanismo e pela lógica do pensamento burguês. Buscando superar o quadro de opressão, amarras e exploração próprio do período medieval e com o intuito de ascender a um novo modelo de sociedade, pautado no contrato social reconhecido e celebrado livremente pelos membros de um determinado grupo social, a sociedade precisou transpor a falta de formação qualificada, capazes de atender aos novos imperativos instituídos pelo modelo capitalista. Como consequência, a educação escolar e formal passava a configurar-se como o caminho para a formação do tipo ideal de cidadão requerido por essa nova conjuntura social. Assim, a evolução da humanidade teria um aperfeiçoamento crescente e gradual, na medida em que seria impulsionada pela força do progresso social.

Diante do exposto, não causa estranheza que o modelo educativo prescrito na obra de Durkheim seja marcado por um viés funcionalista, consonante com a visão consensual e pragmática que tinha sobre a organização e o funcionamento da sociedade.

É importante destacar que a educação vislumbrada por Durkheim mantinha fina sintonia com os valores, interesses e fins ideológicos do grupo burguês que se firmava como uma nova classe social. Frente às transformações sociais que vinham ocorrendo, percebe-se que a mentalidade do homem também foi sendo alterada, a qual, em resposta aos novos imperativos sociais, tornava-se cada vez mais laica e, como consequência, emancipava-se das explicações puramente religiosas, sagradas e transcendentais sobre os fatos da vida. O conjunto das significativas mudanças que vinham ocorrendo influenciou e delineou um novo panorama social e econômico na Europa no final do século XIX e início do século XX, período vivido por Émile Durkheim. Assim, este estudioso vivenciou o momento histórico da expansão do capitalismo, participando de cenário social que apresentava-se em franco processo de transformação. Obviamente, todo esse quadro socioeconômico influenciou o processo de delineamento da sua concepção de sociedade e de educação, dado que deve ser considerado por todos aqueles que se propõem a entender o pensamento durkheimiano. (LAKATOS, 1990).

Inspirado e influenciado pelo racionalismo de Immanuel Kant e pelo positivismo de Augusto Comte, Émile Durkheim apresentou uma perspectiva objetivista, positiva e conservadora da sociedade. Para ele, a sociedade deveria ser estudada sob o rigor e critérios objetivos típicos das ciências naturais, com o emprego de regras e métodos científicos de estudo, pautados na racionalidade, na observação empírica e científica, na constatação e mensuração dos fatos sociais. Somente assim seria possível uma explicação científica sobre os mecanismos que orientam o funcionamento da sociedade, capaz de entender, explicar, prever e controlar fenômenos sociais, garantindo assim a manutenção da ordem e do equilíbrio da vida social.

Em virtude de tal concepção, Durkheim é reconhecido, conforme já mencionado, como um dos principais representantes da corrente funcionalista, cuja característica central reside na preocupação com o funcionamento ordenado da sociedade. Um dos fortes argumentos que vinculam Durkheim à uma perspectiva funcionalista está pautado no entendimento do autor sobre a existência de dois grupos distintos de homens, sendo um deles composto pelos *homens de sensibilidade* e o outro pelos *homens de ação*. De modo consensual e, sobretudo, liberal, Durkheim prescrevia que nem todos os homens se enquadravam no perfil daqueles que ele chamou de *homens de sensibilidade*, responsáveis por tarefas intelectivas, de criação e planejamento dos projetos necessários ao progresso e evolução da vida social. Por outro lado, haveria um grupo denominado de *homens de ação*, o qual ficaria responsável pela execução das tarefas pensadas e planejadas pelos *homens de sensibilidade*. Tal pressuposto comporta a ideia de que a vida em sociedade institui, arbitrariamente, exigências necessárias para a integração dos indivíduos na vida social e, em virtude disso, a divisão de diferentes tarefas, papéis e funções dentro das organizações sociais torna-se indispensável e inevitável.

Caracterizada, de maneira explícita, por uma vertente funcionalista, a qual merece crítica e repúdio por parte daqueles que concebem a educação como instrumento que viabiliza o desenvolvimento da criticidade e da e-

mancipação humana, a concepção apresentada por Durkheim acaba por naturalizar, consensualmente, as desigualdades decorrentes da lógica da divisão do trabalho na sociedade capitalista.

Essa visão funcionalista sobre a vida em sociedade apresentou-se, contundentemente, como pilar da concepção durkheimiana sobre a educação, a instituição escolar e o ensino por ela efetivado, abordando-os como mecanismos de controle e regulação social, uma vez que o objetivo central da educação escolar seria a propagação de valores, noções, princípios, conceitos, normas e regulamentos da vida em sociedade, transmitidas de geração a geração. A educação, entendida como fenômeno social, configura-se como resultado da ação de homens de uma geração sobre homens de outra, distinguindo-se da ação de um adulto sobre uma criança, visto que “longe de ter por objeto único ou principal o indivíduo e seus interesses, a educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência” (DURKHEIM, 1952, p. 67). Por consequência, o sistema educacional de uma determinada sociedade seria, em grande medida, o produto socioeducativo das gerações anteriores, produzido coletivamente e perpassado por influências da religião, da economia, da organização política, da ciência, dentre outros.

Para Durkheim (1952, p. 41),

a educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamadas pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina.

O processo educativo, sob essa ótica, assume uma natureza e dimensão explicitamente social, constituindo-se em instrumento empregado para perpetuar o legado social e cultural elaborado pela humanidade, traduzido no conjunto de valores, crenças, costumes, tradições e práticas sociais típicas de um grupo social. O funcionamento harmônico da sociedade seria, dessa forma, produto decorrente da ação educativa.

O ensino, a partir desse enfoque funcionalista, se apresenta como uma ação intencional, voltada para a formação de indivíduos plenamente integrados na vida em sociedade, regulados pela moral coletiva. O processo educativo, sob essa ótica, garantiria a ordem e a estabilidade social por meio do seu poder de força e coerção social, através do qual os alunos seriam impelidos a assimilar conteúdos, normas, hábitos, costumes e valores desenvolvidos coletivamente pela sociedade. Para Durkheim (1952, p. 36) “[...] a ação exercida pela sociedade especialmente através da educação, não tem por objetivo ou efeito, comprimir o indivíduo, amesquinhá-lo, desnaturá-lo, mas ao contrário, engrandecê-lo e torná-lo criatura verdadeiramente humana”. Apesar do teor da citação, a concepção educacional de Durkheim aprisiona o aprendiz à seara da reprodução e da assimilação passiva de noções, conceitos, valores e normativas instituídas como válidas e necessárias para a organização da sociedade. Na mesma proporção, desconsidera aspectos da subjetividade dos indivíduos e, sobretudo, ignora o fato da aprendizagem configurar-se como processo de construção cognitiva, fruto do exercício empreendido pelo próprio sujeito em direção àquilo que necessita compreender.

Considerada como *fato e instituição social*, a educação estaria, segundo Durkheim, presente na sociedade independentemente da vontade e opção dos indivíduos. Por configurar-se como um fato social, a educação apresentaria as três características típicas de todo fato social, já mencionadas nesse texto: a coercitividade, a exterioridade e a generalidade, ou seja, sua manifestação teria uma força maior do que a consciência individual de cada membro que integra a sociedade como um todo. Durkheim preconizava a supremacia da consciência coletiva sobre a individual, reconhecendo na educação o instrumento de transmissão e perpetuação dessa consciência. Para ele, a sociedade era constituída por um conjunto de normas e regras sociais que balizam e orientam as ações, os sentimentos e os pensamentos dos homens, cuja manifestação transcenderia a esfera da individualidade de cada integrante do grupo, constituindo assim o que ele chamou de consciência coletiva. Mais tar-

de, particularmente na obra *Formas elementares da vida religiosa*, Durkheim passa a empregar o termo *representação coletiva* (DIAS, 1990).

Sob essa ótica, o processo educativo estaria vinculado à satisfação de necessidades sociais, de modo que o homem, desejando melhorar a sociedade em que vive, acabaria por melhorar a si mesmo. Isso ressalta o dualismo que, segundo a concepção durkheimiana, caracterizaria a constituição do homem: ser individual e ser social. Todavia, os processos coletivos tenderiam a se impor sobre os processos individuais.

Isso permite depreender que a concepção sobre o processo educativo presente na obra de Durkheim circunscreve a educação à um fenômeno exterior aos indivíduos, coercitivo e regulador da ordem social. A escola, como consequência, se organiza em meio a conceitos e critérios como: arbitrariedade, respeito, controle, imposição, limite, rigor, ordem, consenso, moral e disciplina. Especificamente no que se refere à moralidade, Durkheim entendia tratar-se de um quesito fundamental para a integração e harmonia da vida social. Para ele, o desenvolvimento da moral viabilizaria o bom convívio entre os homens, delinearía normas e orientações de conduta, regularia as relações coletivas, dentre outros benefícios geradores de funcionamento e ordem social. A educação, conseqüentemente, assumiria importante papel na tarefa de promover o desenvolvimento moral e a comunhão de valores, princípios, normas, tradições e costumes construídos coletivamente. Ao cumprir esse papel, a escola estaria contribuindo para prevenir e erradicar patologias sociais que potencialmente comprometeriam o amálgama social. Ao garantir o estabelecimento de um conjunto de princípios e normas capazes de regular e dirigir o tempo presente, a educação evitaria a crise e a desagregação da sociedade. Sendo assim, a educação, em especial a escolar, seria a principal responsável pelo ensinamento das normas e regras do funcionamento da vida em sociedade, quesito primordial para o ajustamento do indivíduo à sociedade. Para Durkheim,

[...] a educação tem por objetivo superar, ao ser que somos ao nascer, indivi-

dual e associar – um ser inteiramente novo. Ela deve conduzir-nos a ultrapassar a natureza individual: só sob esta condição, a criança tornar-se-á um homem. Ora, não podemos elevar-nos acima de nós mesmo, senão por esforço mais ou menos penoso. (DURKHEIM, 1952, p. 42).

Tais considerações permitem depreender que o ensino preconizado na teoria durkheimiana se alicerça na transmissão de conhecimentos, na obediência de princípios pré-estabelecidos como válidos, na coerção como recurso para o controle comportamental, na disciplina e na moralidade como reguladoras da conduta, na perpetuação de um modelo cultural embasado na ordem social. O professor, reconhecido por Durkheim como detentor do conhecimento sistematizado e merecedor de respeito e apreço devido ao importante papel social que desempenha, teria a incumbência de organizar situações de ensino que promovessem o aprendizado de valores e padrões culturais estimados para o exercício da cidadania e para a harmonia da vida em sociedade. Quanto ao trabalho docente, o mesmo não extrapolaria o âmbito da transmissão do conhecimento. Tal concepção contraria o princípio basilar da docência, que é a organização, por parte do professor, de práticas educativas significativas e arranjos didático-pedagógicos que viabilizem a construção do conhecimento pelo aluno, processo que implica partilha, troca de ideias, conflitos cognitivos, intensa atividade mental e, sobretudo, envolve interação entre o sujeito que aprende e o objeto de conhecimento que está sendo aprendido. A concepção de Durkheim sobre o ensino se mostra reducionista e muito aquém do que a docência representa.

É preciso mencionar, ainda, que a profissão docente assume, na teoria durkheimiana, a característica de missão e de exercício de fé, evidenciando uma concepção idealista, estreita e romântica sobre o profissional da educação. Segundo Durkheim (1952, p. 43), “não é de fora que o mestre recebe a autoridade: é de si mesmo. Ela não pode provir senão de fé interior. É preciso que ele creia não em si, sem dúvida, não nas qualidades superiores de sua inteligência ou de seu coração, mas na missão

que lhe cabe e na grandeza dessa missão”. Tal concepção reduz a docência à mera manifestação de uma tendência vocacional e/ou um dom particular, descaracterizando a profissionalização docente. Todavia, é preciso que se tenha em mente a época e o contexto sócio-histórico sob o qual tal concepção foi forjada, uma vez que era comum, na época, vincular a atividade docente à conceitos como dom, vocação, missão, espírito maternal, dentre outros.

Tendo em vista a característica funcionalista e positivista da teoria durkheimiana, torna-se compreensível que o ensino fosse tratado como um fato social e, dessa forma, comportaria o conjunto de características que são próprias de todo fato social: a exterioridade, a coercitividade e a generalidade. Tomando por base tais características, é possível asseverar que: a) o fenômeno educativo era concebido como exterior ao indivíduo, ou seja, a relação da criança com o objeto de conhecimento seguiria a direção de fora para dentro, subentendendo que a gênese do conhecimento é extrínseca ao indivíduo; b) a coerção, a disciplina e a moralidade, consideradas como elementos balizadores do processo ensino-aprendizagem, exerciam papel predominante nas práticas educativas; c) o fenômeno educativo se apresenta como um fato que se impõe, por meio do princípio da generalidade, a todos os indivíduos de uma determinada sociedade.

O ensino, quando planejado e efetivado a partir de preceitos positivistas como controle, disciplina, repetição e rigor nos procedimentos técnico-pedagógicos, corre o risco de aprisionar o processo educativo à padronizações e ritualizações que tendem a plastificar as situações de aprendizagem, a exemplo de práticas alfabetizadoras em que aprendizagem do código escrito fica subordinada à apresentação gradual e cumulativa de vogais e consoantes, que são ensinadas aos poucos, em doses homeopáticas, obedecendo, sob a ótica do adulto alfabetizado, o grau de dificuldade que lhe seria peculiar. A submissão da ação pedagógica ao cumprimento sequencial das páginas do livro didático, a tendência da escola em compartimentar o conhecimento em disciplinas específicas e, ainda, a organização e a divisão

do tempo escolar com base, prioritariamente, nos imperativos do ensino e não nos da aprendizagem, também comportam princípios positivistas.

Cabe ressaltar, que as reflexões sobre a concepção de educação de Émile Durkheim delineadas no presente artigo não esgotam as implicações que tal concepção acarreta para o ensino, de modo que os apontamentos aqui registrados configuram-se como alguns dos possíveis desdobramentos decorrentes de tal relação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Durkheim caracteriza-se, inegavelmente, como um *grande clássico* que inspira e orienta inúmeros estudos e, assim como tantos outros clássicos, apresenta-se como leitura imprescindível para uma melhor compreensão das grandes matrizes teóricas que fundamentam e buscam explicar o processo educativo.

Dentre as contribuições que a teoria de Durkheim oferece para a área educacional está, por certo, a valorização da educação no processo de desenvolvimento do homem e da sociedade, mesmo que alicerçada por uma perspectiva consensual e funcionalista. Não há como não considerar o destaque que Durkheim deu à educação e às instituições escolares, concebendo-as como agências formadoras de estimado valor, cuja ação educativa garantiria a transmissão e a preservação do arcabouço cultural produzido historicamente e socialmente pelos homens. Durkheim acreditava que a qualificação do homem para a vida em sociedade seria conquistada por intermédio do trabalho educativo efetivado pela escola, o qual também cumpriria a função de elevar a condição natural do homem para um patamar, segundo ele, mais evoluído, no caso, o social.

Além disso, a teoria durkheimiana em muito colaborou para a constituição do campo científico, ao evidenciar sua preocupação com a produção do conhecimento científico, processo que deve primar pela sistematização e pelo emprego de procedimentos científicos, dando fidedignidade ao mesmo.

Há que se considerar, ainda, a valiosa contribuição de Durkheim para o campo das Representações Sociais, cujo conceito de *representação coletiva* por ele forjado constituiu-se

como relevante constructo teórico que subsidiou e inspirou a elaboração do conceito de *representações sociais*, núcleo-duro dessa área de conhecimento.

Certamente, um exercício reflexivo mais pormenorizado sobre a teoria durkheimiana revelaria tantas outras contribuições, para além das que foram sinalizadas nesse artigo.

As reflexões sobre a teoria de Émile Durkheim, em particular sobre a sua concepção de educação, evidenciam não somente as contribuições que dela decorrem para o campo educacional e das ciências sociais, mas também indicam alguns de seus limites e pontos nevrálgicos, dentre os quais destaca-se a ausência de considerações acerca da participação de elementos da subjetividade dos indivíduos no próprio processo de formação. Considera-se, nesse artigo, que a figura do sujeito consciente, crítico e agente do seu desenvolvimento fica obscurecida pelo destaque e pela ênfase atribuída aos elementos de ordem social, do mesmo modo que a atuação do professor fica aprisionada à esfera da transmissão do conhecimento, descaracterizando os princípios da mediação pedagógica que deveriam orientar a organização do trabalho docente.

Outro fator de restrição presente na teoria durkheimiana é o valor atribuído às forças sociais coercitivas como ferramentas eficazes para o controle e a modelagem da conduta humana. O comportamento dos homens seria, nessa perspectiva, produto direto do controle e do reforçamento dos elementos presentes no contexto em que o indivíduo se insere. Além disso, a supervalorização atribuída por Durkheim às questões da moralidade, do rigor e da disciplina, empregados como estratégias para a instituição da ordem, do equilíbrio e do controle na vida social e escolar, merece ressaltar e atenção nas suas interpretações, uma vez que a força e a coerção sobrepujariam o diálogo e o debate nos processos de compreensão do real.

O ensino, organizado sob a égide de princípios positivistas que perpassam a teoria de Émile Durkheim, pode incorrer no equívoco de priorizar a preocupação com o emprego de metodologias e procedimentos reconhecidos como adequados para o sucesso da aprendizagem, colocando em detrimento a preocu-

A concepção de educação de Émile Durkheim ...

pação com a natureza e especificidade do próprio processo de aprendizagem mobilizado pelo aprendiz.

Por fim, sem desconsiderar a existência de outros fatores que merecem atenção e ressalva na teoria durkheimiana, destaca-se o perigo do ensino incorrer, inspirado em pressupostos positivistas, em uma lógica pautada na meritocracia, em que se costuma premiar e enaltecer a conquista de metas e resultados pré-estabelecidos, tendo o desempenho final como critério avaliativo e, o mais instigante, tudo isso orientado por um modelo de aluno ideal.

REFERÊNCIAS

- COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.
- DIAS, F. C. Durkheim e a Sociologia da Educação no Brasil. **Em Aberto**, Brasília, ano 9, n. 46, p. 33-48, abr./jun. 1990.
- DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1952.
- GUSMÃO, P. D. **Teorias Sociológicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1972.
- LUCENA, C. O pensamento educacional de Émile Durkheim. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 295-305, dez. 2010.
- LAKATOS, E. M. **Sociologia geral**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1990.
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O.; OLIVEIRA, M. G. M. (Orgs.). **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Recebido em 16 de abril de 2016.
Revisões em 22 de setembro de 2016.
Aceito em 17 de fevereiro de 2017.